

A CONCEPÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO SOBRE MEIO AMBIENTE: UMA BREVE ANÁLISE

THE CONCEPTION OF FIELD EDUCATORS ON THE ENVIRONMENT: A BRIEF REVIEW

Albanice de Souza Ramos^{1*}, Felipe Sant' Anna Cavalcante¹;
Eulina Maria Leite Nogueira², Renato Abreu Lima³

¹Mestre em Ciências Ambientais (PPGCA), Campus Vale do Rio Madeira, Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Endereço: Rua 29 de Agosto, 786, Centro, CEP: 69.800-000, Humaitá-AM; ²Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH/IEAA/UFAM); ³Docente do PPGCA/IEAA/UFAM

* Autor correspondente: e-mail: albanice.ramos25@gmail.com

RESUMO

O objetivo desse estudo foi analisar os avanços e desafios enfrentados pelas escolas do campo e suas contribuições para a formação de cidadãos responsáveis com o meio ambiente por meio de um levantamento bibliográfico. O levantamento de dados foi realizado em bases de dados entre 1999 a 2020, em português e/ou inglês, utilizando os descritores Educação, Movimentos sociais, formação de professores, cidadania e educação ambiental. Verificou-se a educação torna-se um elemento fundamental na construção social do ser humano, além disso, contribui para a promoção de ações de conscientização e de preservação do meio em que se vive.

Palavras-chave: Cidadania. Movimentos Sociais. Educação Ambiental.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the advances and challenges faced by rural schools and their contributions to the formation of responsible citizens with the environment through a bibliographic survey. The data collection was carried out in databases between 1999 and 2020, in Portuguese and/or English, using the descriptors Education, Social movements, teacher training, citizenship and environmental education. Education has become a fundamental element in the social construction of human beings, in addition, it contributes to the promotion of awareness and preservation actions in the environment in which they live.

Key words: Citizenship. Social movements. Environmental education.

1. INTRODUÇÃO

Os processos de desenvolvimento referentes à educação do campo sempre foram marcados pela luta dos movimentos sociais que tinha por objetivo reivindicar a implantação e melhorias de infraestrutura nas escolas no campo, buscando sempre atender os interesses da comunidade rurais de acordo com sua realidade local. Todo esse processo de lutas ocorria com participação em massa da população do campo, visto que de acordo com a [1] a educação é um direito de todos.

A Educação do Campo surgiu através das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária. Ressalta-se que o Movimento dos Sem Terra (MST) foi um marco importantíssimo na história da educação do campo, pois havia muita precariedade e descasos por parte do governo em

relação às escolas do campo, como por exemplo, falta de materiais didáticos falta de infraestrutura adequada, falta de profissionais qualificados para atender os alunos e, além disso, falta de políticas públicas que atendessem as necessidades da população rural.

Nesse sentido, [2] afirma que assim como na cidade as populações do campo convivem com o desemprego, a precarização e informalização do trabalho, uma vez que há carência de políticas públicas.

Diante disso, a [3] estabelece algumas leis visando melhorias para a educação do campo, onde ressalta que os sistemas de ensino deverão promover as adaptações necessárias para atender às peculiaridades da vida rural e de cada região, tais como: conteúdos curriculares, calendário escolar, bem como a adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A luta da população do campo por uma educação de qualidade sempre esteve voltada para a preparação para o mercado de trabalho, além disso, prepara-los para exercer seu papel de cidadão social, onde seus direitos e deveres fossem respeitados, sendo assim capazes de compartilhar conhecimentos com direito a igualdade e democracia.

Vale ressaltar que ao se pensar em cidadania isso nos remete a refletir sobre a função social que a escola vem desenvolvendo na sociedade atual, ou seja, hoje o que se percebe é que a escola não é vista somente como uma instituição socializadora do conhecimento ela passa a incorporar uma visão de mercado atendendo aos interesses de capital.

Nesse sentido, [4] afirma que no mundo globalizado, muitas vezes os educadores são induzidos a acreditar que a educação é um capital humano e por isso precisa responder a formação de sujeitos sociais preparados para a competitividade e para a empregabilidade em um mercado no qual só sobrevivem aqueles que dispõem de melhores formações profissionais, que estão bem mais preparados, para o mercado de trabalho, com mais experiências, etc.

O interesse pela temática de estudo surgiu após iniciar minha pesquisa de Mestrado em Ciências Ambientais pelo Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente pela Universidade Federal do Amazonas (IEAA/UFAM) em uma escola do campo. O presente trabalho tem como objetivo proporcionar uma breve análise sobre a luta dos movimentos sociais, avanços e desafios que permeiam a educação do campo, bem como, o surgimento de políticas públicas educacionais nacionais a partir da LBD 9394/96. O mesmo salienta ainda a importância de propostas pedagógicas que contemplem as necessidades educacionais do campo e de preservação do meio ambiente, acreditando assim nas possibilidades de um futuro com melhor qualidade de vida.

2. FUNDAMENTAÇÃO E PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada nesta pesquisa reporta-se a uma revisão bibliográfica de cunho descritiva e exploratória em que o pesquisador age de maneira a mediar às concepções realizadas pelos participantes, destacando, com mais ênfase, o percurso metodológico para o processo de mobilização de conhecimentos do que a produção em si acerca dos avanços e desafios que ocorreram em escolas do campo ao longo do tempo e suas contribuições para a formação de cidadãos responsáveis com o meio ambiente, com o intuito de promover maior autonomia por parte dos sujeitos da pesquisa no desenvolvimento dos estudos. Este estudo teve como base em seu referencial teórico autores que descrevem sobre a educação do campo, entre os quais podemos mencionar: [5, 6, 7, 8, 9, 10].

Assim, o levantamento bibliográfico realizado sobre o referido assunto adotou como palavras-chaves: Educação, Movimentos sociais, formação de professores, cidadania e educação ambiental, tendo como objetivo reunir as informações que contribuíram para a construção dessa investigação, além disso, possibilitou traçar um histórico sobre o objeto de estudo, ou seja, permitiu um novo olhar, onde foi possível fazer uma análise crítica sobre o que ocorreu no passado e o que acontece no contexto atual com as escolas do campo, gerando assim novos conhecimentos. Contudo, foram excluídos aqueles artigos que não estavam pertinentes ao assunto proposto nesse estudo.

Assim, por meio de consulta eletrônica nas plataformas eletrônicas Google acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), PubMed, Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), acessadas por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), buscando o embasamento teórico para a realização da referida pesquisa.

Os dados foram coletados entre 1999-2020 por meio de fontes secundárias tais como: livros, artigos, monografias e periódicos nacionais e internacionais que tratam sobre o assunto. Logo após a seleção do material foi realizada uma leitura onde foram realizadas anotações necessárias, em seguida foi analisado todo o material e posteriormente interpretado, obtendo-se assim uma visão mais profunda sobre o assunto.

Dessa maneira, o método proposto neste estudo teve por base a revisão bibliográfica que permitiu retomar os discursos de outros pesquisadores fornecendo assim uma visão geral sobre determinado assunto que servirão de base para a descrição do problema de investigação científica. Nesse sentido, a revisão bibliográfica é parte de um projeto de pesquisa, que revela

explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre um tema específico [11].

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período compreendido de 1999-2020, verificaram-se 20 obras científicas que estavam relacionados com as concepções sobre educação do campo no Brasil, desafios enfrentados pelas escolas do campo, avanços e conquistas na educação do campo e o papel da escola e suas contribuições na formação de cidadãos responsáveis com o meio ambiente (Tabela 1).

Tabela 1. Trabalhos envolvendo a educação do campo no Brasil

Ano	Títulos de obras	Autor	Tipo de produção bibliográfica
1999	Política Nacional de Educação Ambiental	BRASIL	Instrução normativa
2001	Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora	GENTILI, P.	Livro
2001	Educação: da formação humana à construção do sujeito ético	RODRIGUES, N.	Periódico
2002	Diretrizes operacionais para educação básica do campo	BRASIL	Instrução normativa
2004	Educação Ambiental: princípios e práticas	DIAS, G.F.	Livro
2004	A Educação Ambiental na formação de professores: redes de saberes	TRISTÃO, M.	Livro
2005	Brasil, amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI	MARCONDES, S.A.	Livro
2005	Educação Ambiental: possibilidades e limitações.	SAUVÉ, L.	Periódico
2006	Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão	MOLINA, M.C.	Instrução normativa
2006	Panorama da Educação do Campo	BRASIL	Instrução normativa
2007	Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo	VENDRAMINI, C.R	Periódico
2009	Um contributo para o estudo das alterações climáticas: entre os discursos, as percepções dos riscos e as práticas quotidianas numa amostra da população da freguesia de Alcântara	VENTURA, A. da. C.	Dissertação
2010	A importância do estudo sobre o	SILVA, T.G.	Monografia

	aquecimento global na educação ambiental de alunos do ensino fundamental e o papel do educador desse processo		
2011	Educação do Campo: Um Olhar Histórico, uma Realidade Concreta	FERREIRA, F.J.; BRANDÃO, E.C.	Periódico
2012	Educação do Campo: marcos normativos	BRASIL	Instrução normativa
2014	O Plano Municipal de Educação	BRASIL	Instrução normativa
2015	Realidades das escolas do campo: um olhar crítico sobre espaços físicos, descasos, construção de políticas públicas e proposta pedagógica	BÖNMANN, P.A.	Monografia
2018	Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação	SANTOS, M.	Periódico
2018	Um olhar sobre as escolas localizadas no campo do Município de Humaitá (Sul do Amazonas): em busca da justiça curricular	FRANCO, Z.G.E.	Tese
2020	Balsa escola: educação de tempo integral em uma escola localizada no campo em Humaitá no estado do Amazonas	FRANCO, Z.G.E.; NOGUEIRA, E.M.L.; MARQUES, S.	Periódico

Com base neste estudo bibliográfico pode-se afirmar que a luta dos Movimentos Sociais pela educação, teve seu início a partir da organização de trabalhadores rurais que deram origem ao maior movimento de organização popular chamado MST que foi um dos mais importantes movimentos sociais pela reforma agrária na história mundial.

Conforme [12] o MST iniciou sua pauta de reivindicação por intermédio da questão da terra e mobilizaram cerca de trezentas mil famílias assentadas e oitenta mil acampadas, esse movimento potencializou a luta pela liberdade democrática, por justiça social, educação pública gratuita de qualidade e pela cidadania.

Apesar da ausência de políticas públicas para atender os interesses da população do campo, a partir da organização desses povos camponeses é que a educação do campo tomou novos rumos, enfrentando novos desafios em busca de melhorias que contribuísse para a formação social dos indivíduos.

A educação do campo é uma concepção que possibilita mudanças na sociedade por meio do fazer pedagógico, contudo, é um processo natural dos seres humanos, pois através do

processo de socialização entre si eles produzem conhecimentos e novas aprendizagens proporcionando assim a humanização dos sujeitos. Essas iniciativas estão voltadas para o meio rural visto como um espaço de diversidade cultural, contudo, são territórios que necessitam de políticas direcionadas a essa realidade e não uma mera transposição do que é elaborado no meio urbano.

Assim, [13] destaca que: é a educação que mantém viva a memória de um povo e dá condições para sua sobrevivência, para a transformação do mundo natural, social e de si mesmo. Nesse sentido, o acesso à educação escolar é fundamental para a construção de um comportamento consciente das pessoas em relação ao mundo em que vivemos para que possam ter cada vez mais qualidade de vida sem desprezar o meio ambiente, tentando assim estabelecer o equilíbrio entre o homem e o meio.

Atualmente, em virtude da forma inadequada como o homem vem utilizando os recursos naturais se faz necessário uma conscientização ambiental, sobretudo por parte dos educadores, já que eles têm grande responsabilidade na formação cidadã de seus alunos, sendo importante que estes possam tomar entendimento acerca do que acontece e o que podem fazer para preservar o meio ambiente.

Dessa forma, a Educação Ambiental (EA) tem se tornado um componente importante para se repensar as teorias e práticas que fundamentam as ações educativas relacionadas ao meio ambiente, seja nos contextos formais ou informais, deve ser interdisciplinar, orientada para solução dos problemas voltados para realidade local, adequando-os ao público alvo e a realidade dos mesmos, pois os problemas ambientais de acordo com [5] devem ser compreendidos primeiramente em seu contexto local, e em seguida ser entendida em seu contexto global.

A problemática da educação brasileira é mais pertinente quando se refere à educação do campo, visto que muitos desconhecem e distanciam-se da realidade do cotidiano do campo onde poucos se preocupam com melhorias, sendo que esta ainda é muito carente em relação às políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades culturais, humanas e sociais dessa classe de trabalhadores rurais.

Na zona rural, a precarização das escolas assume caráter ainda mais grave. No início do século XX, uma pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizada, em 2004, nos assentamentos de reforma agrária, mostrou que, das 8.679 escolas existentes em assentamentos, 84% delas ofereciam apenas os anos iniciais do ensino fundamental e atendiam somente 51% da demanda estudantil para essa

modalidade. Em 56% dessas escolas não havia diretor, e os professores residiam em outras localidades, geralmente nas sedes dos municípios, e não possuía identidade com a cultura campesina [14].

Nesse sentido é necessário estar atento ao que rege a legislação brasileira sobre a educação básica no campo, ou seja, a resolução CNE/CEB n.º 1/200 ressalta que a educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura e que o campo é um espaço de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

Diante disso, percebe-se que o grande desafio apresentado pelas escolas é conhecer o contexto cultural do aluno para que assim possa trabalhar de acordo com suas vivências, ou seja, trazer a realidade do aluno para sala de aula, para que assim ele possa sentir-se mais à vontade e poder compartilhar suas experiências e expressar seus conhecimentos prévios.

No entanto, é possível observar alguns processos de exclusão que resulta em um grande número de analfabetismo que atinge a população campesina. Além disso, uma das dificuldades presentes nas escolas do campo diz respeito à formação de professores, pois muitos deles não possuem graduação específica para atuarem em determinadas disciplinas, fato este que na maioria das vezes acaba resultando em uma aprendizagem defasada.

Contudo, faz-se necessário que a sociedade de forma geral exija cada vez mais do poder público uma política de formação inicial e continuada para esses professores que trabalham no campo para que estes venham atuar fazendo uma conexão com o conhecimento científico e a realidades desses sujeitos.

As ações educativas no contexto amazônico devem priorizar a autonomia do sujeito garantindo assim uma educação de qualidade assegurando-lhes um currículo que valorize os saberes locais, regionais, climáticos, econômicos e sociais. Como citado por [15] acerca da contribuição da educação, conteúdos, programas e métodos na vida dos sujeitos, nada mais é que: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história.

Contudo, o que se pode deduzir é que somente a partir de um sistema de ensino organizado será possível aperfeiçoar e oferecer melhorias para a educação do campo de forma coletiva, onde serão trabalhados princípios éticos que irão contribuir para a emancipação do ser humano visando assim à construção de uma sociedade mais democrática.

Além do problema da falta de formação para os professores, outro fator negativo que se destaca nas escolas do campo são as salas multisseriadas que dificultam ainda mais o trabalho do professor, pois os alunos necessitam de uma atenção maior exigindo assim mais esforço e dedicação por parte dos professores, visto que na maioria das vezes faltam recursos didáticos pedagógicos e, além disso, o professor ainda tem que trabalhar com várias disciplinas sem nenhum tipo de assistência pedagógica.

Diante disso, as escolas do campo são vistas de forma negativa como precárias e com baixa qualidade de ensino. Nesse sentido, ressalta-se que o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nestes aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo aos anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental [16].

Dessa forma, o que se percebe é que muitos professores e gestores não sabem como lidar com o problema, pois não estão preparados para desenvolver uma proposta educacional capaz de atender essa demanda, não sabem que medidas tomar para atender uma classe onde os alunos apresentam diferentes características sociais e diferentes níveis de aprendizagem.

Levando em consideração algumas dificuldades enfrentadas por professores e alunos, como a falta de estrutura física adequada, transporte, falta de materiais didáticos pedagógicos e demanda de alunos, esses fatores contribuíram nos últimos anos para que houvesse uma redução no número de escolas no campo, ocasionando assim um processo de exclusão e consequentemente contribuindo para que houvesse um aumento no índice de analfabetismo no país.

A Educação Brasileira ao longo do tempo vem passando por vários processos de transformações em virtude da organização de movimentos sociais na luta por uma política educacional que atendesse as características e as necessidades das pessoas do campo. Assim, destaca-se em especial o movimento dos trabalhadores rurais sem terra que atuou e participou da construção de seu projeto político pedagógico dando ênfase a uma educação popular e de qualidade.

Desse modo foram desenvolvidas algumas ações educativas em parcerias com ONG'S, Universidades e o governo federal voltadas para educação do campo, entre as quais, podemos mencionar: I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras na Reforma Agrária (ENERA) realizado em 1997, logo após, aconteceu a I Conferência Nacional por uma Escola Básica do Campo.

No entanto, vale destacar que em decorrência desses encontros surgiu o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) que permitiu em Universidades a criação de um projeto destinado a alfabetização de jovens e adultos, ou seja, formação superior de educadores para atuarem na Educação do campo.

Conseqüentemente, em 2001 foram aprovadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Partindo desse pressuposto, [17] destaca em artigo 3º que o poder público considerando a magnitude da importância da Educação Escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo, paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Nesse sentido, pensando em uma política educacional digna para a educação do campo, foram criados alguns programas de formação em nível superior para habilitar os professores que atuam no campo e trabalham com a educação básica. Desse modo, destacam-se alguns desses programas: Programa Escola Ativa cujo objetivo é melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo, implantando recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitando os professores; O Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) que tem por finalidade ofertar a educação superior, gratuita e de qualidade, para professores que atuam na rede pública de educação básica para que assim, possam contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

Além disso, tem-se o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) que tem por objetivo apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país; Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), responsável pela formulação de políticas públicas de combate às desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações rurais e valorização da diversidade nas políticas educacionais; O Programa Nacional de Tecnologia Educacional

(PROINFO) destinado a ofertar para as escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais, sendo que, os estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias, visto que muitos professores não possuem habilidades para lidar com os recursos tecnológicos.

Em 04 de dezembro de 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 10.172/2001, aprovada pelo Congresso Nacional, determina as metas a serem cumpridas pelos governos federal, estadual e municipal em relação à educação e estabelece tratamento diferenciado para a escola rural. O PNE estabeleceu que todos os Estados e Municípios devem elaborar, com participação da comunidade, os seus próprios Planos de Educação neste plano deverão constar as metas que cada Estado e Município deve prosseguir em relação à educação. E também em relação à educação do campo [18].

Porém, o que se percebe é que diante de muitas lutas por uma educação diferenciada para as escolas do campo elas continuam no descaso por parte do governo. Em 2002, houve um novo avanço onde foram aprovadas as novas diretrizes operacionais para a educação básica, destinada a atender a população do campo de acordo com sua realidade social. Entretanto, somente em 2008 o MEC, reconhece e utiliza pela primeira vez a expressão “Educação do Campo”, na Resolução nº 02, de 28 de abril de 2008.

Em 2012 foi aprovada a Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012 que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas. Diante disso, alguns benefícios foram ofertados para as escolas do campo, como por exemplo: Transporte Escolar- cujo objetivo do programa é garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar; o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que tem por finalidade prestar assistência financeira, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde este programa é responsável pela transferência de recursos financeiros para a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas, atendendo suas necessidades nutricionais durante a permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e o rendimento escolar dos alunos, além de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à

prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita. Enfim, os programas destinados à formação continuada para professores possibilitam o desenvolvimento de ações que irão contribuir para o acompanhamento, planejamento da avaliação da aprendizagem e uso dos materiais distribuídos pelo MEC, voltados para a melhoria da qualidade do ensino no ciclo de alfabetização.

Por meio desse estudo bibliográfico, notam-se essas ações desenvolvidas para a educação do campo forneceu aos trabalhadores do campo a oportunidade de completar o ensino básico através da EJA e milhares de camponeses tiveram acesso às universidades públicas através dos 490 cursos ofertados pelo PRONERA.

A educação do campo, conquistada pela luta dos chamados “excluídos”, vem ao longo desses anos propondo um novo conceito de educação, ou seja, uma educação emancipadora, que prepara os trabalhadores rurais para permanecer no campo com dignidade exercendo sua cidadania. Contudo, esses avanços nas políticas públicas educacionais para o campo só foram possíveis mediante aos debates ocorridos nos encontros voltados para a melhoria da educação do campo.

A escola exerce um papel de grande importância na vida do ser humano, pois é por meio da educação que adquirimos conhecimentos que irão contribuir para mudanças de posturas éticas perante a sociedade, ou seja, a escola é um espaço de construção e formação da conduta social humana.

Evidentemente, a educação contribui para a construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado, visto que é necessário conscientizar os seres humanos de que é preciso adotar novos pontos de vista em relação aos grandes desafios e ações voltadas para a melhoria das condições de vida, principalmente quando se refere ao meio ambiente.

Atualmente, vive-se em uma sociedade capitalista onde cada vez mais aumenta a necessidade de intervir na natureza para satisfazer nossas necessidades, diante disso, precisamos nos conscientizar e agir de forma que nossas atitudes possam garantir o nosso futuro e o bem-estar de todos, sem acarretar tantos danos a natureza.

Nesta perspectiva a percepção que temos é que ao longo do tempo, a evolução da humanidade acarretou uma série de problemas de cunho socioambiental, gerando impactos negativos que incidiram diretamente sobre os recursos naturais e no modo de vida da sociedade de forma geral. É nesse contexto que emerge a necessidade de defender o meio ambiente, ou seja, lutar para diminuir o acelerado ritmo de destruição dos recursos naturais,

buscando alternativas que possam conciliar na prática a conservação da natureza com a qualidade de vida dos indivíduos.

Diante disso, a escola é vista numa perspectiva capaz de proporcionar uma mudança de mentalidade agindo de forma coletiva e individual pra minimizar esses impactos que são causados pela ação humana. A busca de solução para os problemas ambientais tem se tornado cada vez mais urgente e exige mudanças de comportamentos tanto na forma de agir como de pensar em relação à natureza, somente a partir de novas reflexões será possível garantir o futuro da humanidade.

Nesse sentido é que a EA se tornou uma temática importante no contexto escolar, reconhecida pelo MEC como tema transversal no currículo do ensino básico. De acordo com a Lei nº 9.795/99 a EA é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não formal [19].

Diante disso, a EA desempenha uma função importantíssima na construção de valores, conceitos e atitudes que contribuem para que a relação homem-natureza ocorra de forma responsável e consciente, é claro que, a escola sozinha não é suficiente para mudar o mundo, mas é condição necessária para que isso aconteça. Assim, fica evidente a necessidade de educar os indivíduos para que hajam de modo responsável, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro.

Contudo, para inserir EA como transversal em todos os níveis e modalidades é necessário que os professores levem em consideração todos os aspectos que envolvem a relação homem/natureza que, de acordo com [20] corresponde as diferentes formas de compreender o meio ambiente.

A exploração dos recursos naturais se intensificou muito e adquiriu outras características em virtude dos processos industriais e do desenvolvimento de novas tecnologias, desse modo, são retiradas quantidades excessivas de uma série de materiais, alimentos, recursos e produtos naturais sem o correto manejo de algumas matérias primas, assim corremos o risco de tornar estes recursos naturais cada vez mais escassos, uma vez que a natureza não consegue se recompor diante do alto padrão de consumo. De acordo com [7], o agravamento dos problemas ambientais resultantes das atividades humanas na atualidade, aumentou de modo significativo, especialmente a partir da revolução industrial, quando o homem passou a produzir em grande escala e poluir na mesma proporção.

Vale ressaltar que muitos desses problemas são consequências das ações transformadoras do homem sobre o espaço, assim destaca-se a excessiva exploração da natureza, empobrecimento do solo, desigualdades sociais, miséria, contaminação das águas, poluição atmosférica, perda da diversidade biológica, desmatamentos, construção de usinas hidrelétricas entre outros fatores que contribuíram para a degradação do meio ambiente.

Assim, destaca-se a importância de qualificar os professores para que estes venham atuar com alunos que apresentam diferentes percepções em relação aos recursos naturais. O professor deve estar preparado para enfrentar as adversidades locais, buscando sempre se atualizar e qualificar para que assim possa contribuir com saberes que irão possibilitar aos alunos agir de forma consciente.

Conforme [21] os professores de áreas diferentes da Geografia e Ciências que não estejam ligados a Educação Ambiental, não estão preparados para tratar essa temática e acabam por deixar a responsabilidade desse trabalho para os professores dessas disciplinas.

Nesse sentido, [10] afirma que a percepção ambiental supõe a capacidade que o ser humano possui de gerar informações a partir dos impactos ambientais que constituem seu cotidiano e a partir dessa produção, o ser humano conhece seu ambiente e é capaz de, sobre ele, produzir significados e ações.

É evidente que os problemas ambientais se intensificavam cada vez mais, diante disso, diversas iniciativas revelam a preocupação com o futuro do planeta, provocando assim reflexões e discussões em níveis mundiais, onde se faz necessário o desenvolvimento de novas técnicas de conservação e prevenção do ecossistema natural.

Conforme [22] a EA é o desenvolvimento de técnicas e métodos para a formação consciente do cidadão, capacitando-o e sensibilizando-o para o uso dos recursos naturais de maneira que não degradem o meio ambiente, possibilitando a preservação para as gerações futuras. Assim, o aumento do consumo juntamente com a exploração incontrolável dos recursos naturais contribui cada vez mais para a escassez desses produtos comprometendo assim nosso futuro no planeta Terra.

Nesta perspectiva cabe destacar ainda que a Constituição de 1988, em seu artigo 225, cita que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações [23].

Diante disso, necessitamos pensar na educação ambiental, de forma que esta venha atender nossas necessidades, é importante frisar a sustentabilidade ambiental, abrangendo

todos os setores da sociedade seja ele econômico, político e social, para que assim possamos proporcionar qualidade de vida sem comprometer as gerações futuras.

Nesta perspectiva [5] afirma que a EA é uma ferramenta que contribuirá significativamente para o processo de conscientização permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem novos conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros.

Assim, entende-se que a EA surgiu como um elemento essencial para a transformação da consciência ambiental, capaz de despertar mudanças na forma de pensar e agir frente aos problemas que envolvem o meio ambiente, afetando assim a vida do ser humano e consequentemente pondo em risco o ecossistema terrestre.

Portanto, a crise ambiental é uma das questões fundamentais enfrentadas pela humanidade e exige a necessidade de uma mudança de mentalidade, em busca de novos valores e uma ética em que a natureza não seja vista apenas como fonte de lucro e passe, acima de tudo, a ser enfocada como meio de sobrevivência, para as espécies que habitam o planeta, inclusive o homem [24].

Desse modo, esta educação tornou-se um componente importante para se repensar as teorias e práticas que fundamentam as ações educativas, quer nos contextos formais ou informais, deve ser interdisciplinar, orientado para solução dos problemas voltados para realidade local, adequando-os ao público alvo e a realidade dos mesmos, pois os problemas ambientais de acordo com [5] devem ser compreendidos primeiramente em seu contexto local, e em seguida ser entendida em seu contexto global.

Nesse contexto, as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola devem estar direcionadas para a formação de sujeitos responsáveis, de ações e de cidadãos conscientes sobre seu papel na sociedade.

A Educação do Campo ocorre em espaços denominados rurais: em todo espaço educativo situado em locais como florestas, agropecuária, agricultura, além dos espaços pesqueiros, das populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas. Recebe, também, essa denominação a educação ofertada para comunidades quilombolas, em assentamentos ou em áreas indígenas. Tendo em vista a realidade de cada uma das regiões e localidades em que essa educação se desenvolve, seus currículos devem se adequar à valorização da cultura e do fazer da população a que se destina, de maneira a preservar seus usos e costumes, bem como sua diversidade e sua dedicação ao campo [25].

Além disso, o currículo escolar deve ser vinculado ao projeto de sociedade que possibilite a superação das desigualdades e afirmação das diferenças, tornando-se, assim, uma ferramenta importante na promoção social de alunos e de suas famílias. O currículo faz parte de um campo de discussão de professores, pesquisadores e do dia a dia da escola, um instrumento essencial carregado por questionamentos sobre o ensinar, como ensinar, de que forma deverá ser construído esse conhecimento. É a organização da prática pedagógica que envolve vários sujeitos e diferentes práticas políticas, sociais, econômicas, de produção, meios didáticos e de controle [26].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos aqui mencionados percebe-se que a Educação do Campo traz na sua história uma trajetória de lutas, reivindicações e participação coletiva dos movimentos sociais, que unidos por um único objetivo lutaram para que os trabalhadores rurais tivessem acesso a uma educação que abordasse vários aspectos da realidade local. É notável o descaso por parte do poder público em relação a educação do campo que mesmo após anos de luta nem tudo o que está escrito na lei é posto em prática, a maioria dessas propostas não são efetivadas.

Por meio da presente pesquisa bibliográfica em obras dos autores aqui citados nota-se que já foram implantadas algumas melhorias em relação à educação no campo, porém ainda há muito que lutar para que esta venha acontecer de forma satisfatória, pois além dos professores não receberem nenhum estímulo do governo, a comunidade escolar também não oferece o suporte que deveria, fato este que contribui para que o conhecimento ocorra de forma defasada.

Vale ressaltar que é necessário um trabalho educativo que provoque algumas ações propositivas nos aspectos políticos pedagógicos para que haja um fortalecimento do conhecimento técnico para enfrentar os desafios. Cabe a nós enquanto educadores crermos que os programas e políticas públicas desenvolvidas para educação do campo sejam mais voltados para os saberes existentes e a realidade dos sujeitos, ou seja, capaz de assegurar uma educação com qualidade social.

Enfim, pode-se evidenciar através da pesquisa realizada que existem grandes desafios na educação do campo que necessitam de um olhar especial, portanto há a necessidade de mudanças tais como: novas articulações em ações educativas, oferecer condições físicas adequadas, fornecer transportes para professores e alunos, proporcionar capacitações aos educadores para trabalharem temas e atividades que possam possibilitar a conscientização dos

alunos desenvolvendo a criticidade dos mesmos, gerando assim novos conceitos e valores sobre cidadania e conseqüentemente sobre a natureza, contribuindo assim para a preservação do meio ambiente e o bem estar de todos.

AGRADECIMENTOS

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão de bolsa de pesquisa ao primeiro e segundo autor.

REFERÊNCIAS

- [1] BÖNMMANN, P.A. **Realidades das escolas do campo: um olhar crítico sobre espaços físicos, descasos, construção de políticas públicas e proposta pedagógica**. 2015. 58 f. Monografia (Graduação em Pedagogia), Departamento de Humanidades e Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2015.
- [2] VENDRAMINI, C.R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno do Centro de Estudos Educação e Sociedade**, v.27, n.72, p.121-135, 2007.
- [3] BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.**
- [4] GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p.76-99.
- [5] DIAS, G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- [6] FERREIRA, F.J.; BRANDÃO, E.C. Educação do Campo: Um Olhar Histórico, uma Realidade Concreta. **Revista Eletrônica de Educação**, v.9, n.9, p.1-15, 2011.
- [7] MARCONDES, S. A. **Brasil, amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2005.
- [8] MOLINA, M.C. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- [9] SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos. Rima, 2004.
- [10] VENTURA, A.C. **Um contributo para o estudo das alterações climáticas: entre os discursos, as percepções dos riscos e as práticas quotidianas numa amostra da população da freguesia de Alcântara**. 2009. 183 f. (Dissertação para obtenção de grau de Mestre em

Antropologia). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2009.

[11] SANTOS, V.D.; CANDELORO, R.J. **Trabalhos Acadêmicos: Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre/RS: AGE LTDA, 2006. 149 p.

[12] MATOS, A.G. **Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos**. Brasília, DF: Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural /Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do desenvolvimento agrário/Abaré, 2003.

[13] RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**, v.22, n.76, p.232-257, 2001.

[14] SANTOS, M. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.26, n.98, p.185-212, 2018.

[15] FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102p.

[16] BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília: Inep/MEC, 2006.

[17] BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad. **Diretrizes operacionais para educação básica do campo**. Resolução CNE/CEB n.º1-Abril, 2002.

[18] PNE. **O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações**. 2014. 22p.

[19] BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 27 abril de 1999.

[20] SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, v.31, n.2, p.317-322, 2005.

[21] TRISTÃO, M. **A Educação Ambiental na formação de professores: redes de saberes**. São Paulo: Annablume, 2004.

[22] SILVA, T.G. **A importância do estudo sobre o aquecimento global na educação ambiental de alunos do ensino fundamental e o papel do educador desse processo**. 2010. 50f. Monografia. (Graduação em Ciências Biológicas). Faculdade Patos de Minas. 2010.

[23] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

- [24] RAMOS, A.S.; FONSECA, P.R.B.; NOGUEIRA, E.M.L.; LIMA, R.A. A relevância da educação ambiental para o desenvolvimento da sustentabilidade: uma breve análise. **Revista Gestão & Sustentabilidade**, v.8, n.4, p.30-41, 2019.
- [25] FRANCO, Z.G.E.; NOGUEIRA, E.M.L.; MARQUES, S. Balsa escola: educação de tempo integral em uma escola localizada no campo em Humaitá no estado do Amazonas. **Revista e-Curriculum**, v.18, n.4, p.2052-2073, 2020.
- [26] PONCE, Branca Jurema; FRANCO, Zilda Gláucia Elias. Em busca de uma prática curricular inclusiva e mais justa: ampliando o olhar sobre os direitos. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Estado, políticas e gestão da educação: tensões e agendas em (des)construção, 28., 2017, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017. p. 3131-3135.